

Brasil

ECONOMIA - BRASIL

Conjuntura Scheinkman considera “muito difícil” concluir um acordo de transição com o FMI

Risco político torna vulnerabilidade do país mais explícita

Denise Neumann
De São Paulo

O Brasil vai conviver com a volatilidade dos mercados e com taxas de risco elevadas até as eleições presidenciais de outubro. E dependendo de quem vencer o pleito, a instabilidade pode perdurar mais alguns meses. A avaliação está implícita nos cenários traçados pelos economistas José Alexandre Scheinkman, da Universidade de Princeton, e Affonso Celso Pastore, presidente do Banco Central.

Para os dois, o risco político exacerba vulnerabilidades que a economia brasileira adquiriu ou ampliou nos últimos anos. E a redução do risco político, avaliam, não é tarefa fácil.

O pacote tranquilizador desenhado pelos economistas precisa combinar um acordo de transição com o Fundo Monetário Internacional (FMI), planos dos candidatos à Presidência consistentes com a manutenção do superávit fiscal e, ainda, se necessário, aprofunda-

mento do ajuste fiscal. Esse tripé foi discutido, ontem, na palestra de abertura do Encontro Latinoamericano da Sociedade de Econometria (Lames), realizado na Fundação Getúlio Vargas.

Os dois dão pesos diferentes às pernas do tripé. Scheinkman gostaria de ver o anúncio de um acordo de transição com o FMI, mas considera essa possibilidade “muito difícil”. “Existe uma incerteza sobre qual deve ser a política do Fundo em uma situação como a brasileira. Quando foi feito o acordo de transição da Coreia, havia uma visão clara de que esta era uma boa forma de atuação. Hoje o FMI não tem essa clareza”, avaliou.

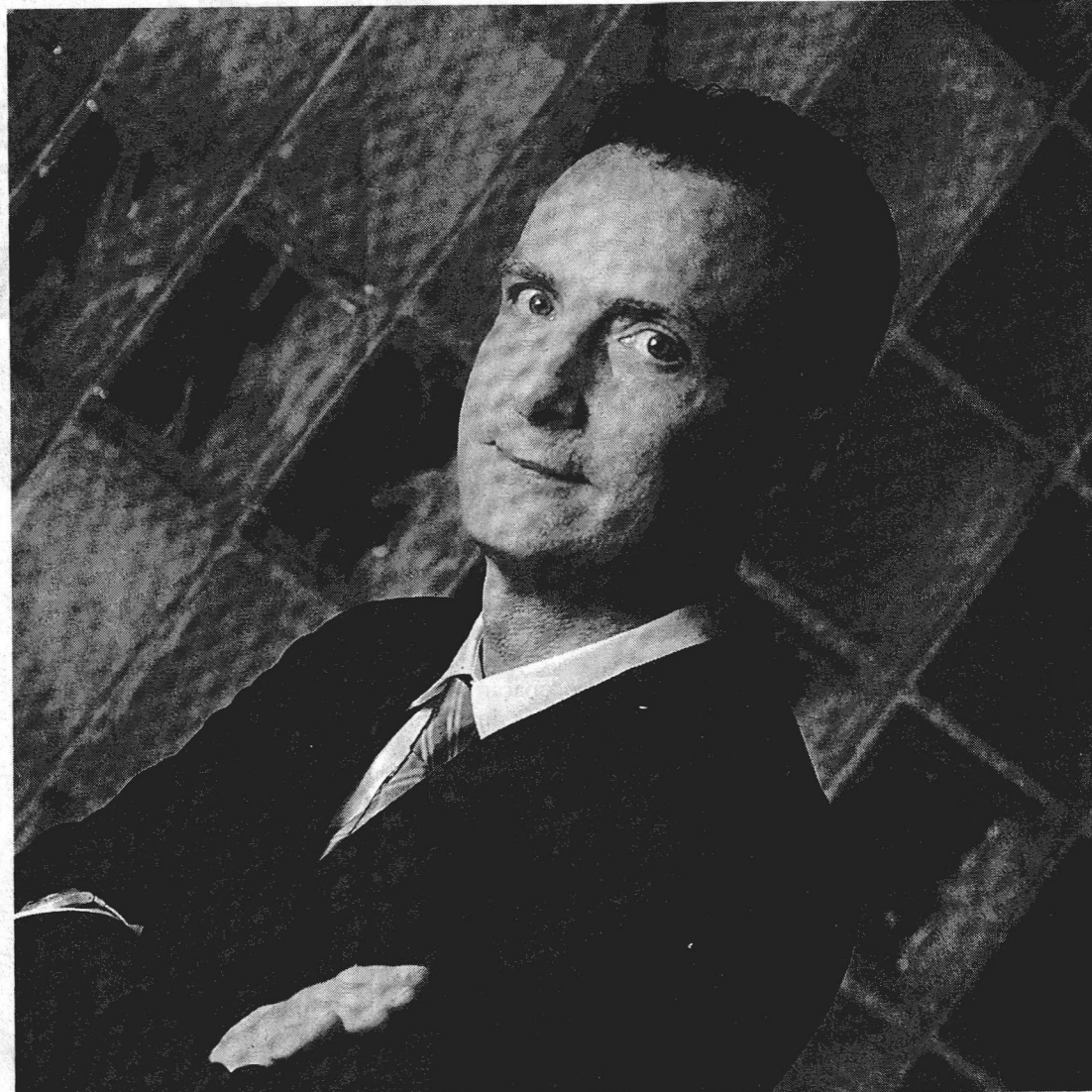
Scheinkman diz que planos consistentes na questão fiscal por parte dos candidatos à sucessão de Fernando Henrique também “ajudariam na redução do risco”. Mas ele mesmo concorda que a falta de consistência dos planos econômicos é uma realidade de todas as campanhas políticas. Aconteceu nos Estados

Unidos e na França e está acontecendo no Brasil.

Pastore insiste na necessidade de aprofundar o ajuste fiscal. E isso, explica ele, “também” passa por um superávit fiscal superior a 3,75% do PIB. Ele diz que em 2003 é preciso dar sinais claros de que o superávit necessário para reduzir a relação dívida/PIB será perseguido e, ao mesmo tempo, o novo governo vai mirar na qualidade das receitas e despesas do governo.

Para Pastore, o Brasil possui duas vulnerabilidades: uma externa e outra interna e elas estão interligadas, uma influencia a outra. Ele diz que o Brasil não possuía um déficit crônico em conta corrente, mas ele foi criado com a política cambial do início do Plano Real. E hoje o país precisa de US\$ 50 bilhões/ano para financiar seu balanço de pagamentos e 40% da dívida pública é ligada ao câmbio (ou é em dólar ou é em títulos indexados ao câmbio).

A crise internacional está contraindo o fluxo de recursos para to-



José Alexandre Scheinkman: cenário melhoraria se candidatos à Presidência tivessem planos mais consistentes

dos os emergentes. A situação do Brasil piora, na avaliação de Pastore, porque os investidores olham para as políticas macroeconômicas defendidas por alguns candidatos e lêem nelas um programa de expansão de gastos públicos não consistente com a necessidade de um ajuste fiscal que equilibre a relação entre dívida e PIB.

Scheinkman afirmou textualmente que o programa econômico apresentado pelo PT não deixa claro como o partido pretende ampliar os programas sociais e, ao mesmo tempo, manter o superávit fiscal em 3,75% do PIB.

Pastore e Scheinkman não vêem nenhuma relação entre a atual crise americana e a crise de 1929. “As

características da crise atual são extraordinariamente mais benignas que as de 29”, afirmou Pastore. O Fed (o banco central americano), é hoje muito mais experiente e, se naquela ocasião, a instituição acentuou a recessão ao contrair os recursos para os bancos, hoje a atuação seria completamente diferente, avalia Pastore.

MARISA CAUDURO/VALOR